

Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e marketing urbano

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna*

Livia Maria Abdalla Gonçalves**

Resumo

O artigo tem como objetivo identificar as alterações no tecido urbano, especialmente as que se referem à moradia, que vêm ocorrendo no contexto dos megaeventos da cidade do Rio de Janeiro, e o tratamento dado pelo marketing e pelos meios de comunicação às mudanças na dinâmica socioespacial da cidade. Através da análise de conteúdo de notícias, o trabalho procura refletir sobre a forma como o discurso jornalístico e o *branding* naturalizam a modificação urbana através, principalmente, da espetacularização da cidade a contrapelo de toda e qualquer disputa social que possa existir nos territórios modificados pelo propósito do consumo.

Palavras-chave

Megaeventos. Moradia. Mídia.

Abstract

The article aims to identify the changes in the urban planning, especially those related to housing, which has been taking place in the context of megaevents in the city of Rio de Janeiro and the treatment given by the marketing and the media related to the change in the aspects of the socio-spatial dynamics of the city. Based on news content analysis, the paper attempts to reflect on how the journalistic discourse and the branding naturalize urban change mainly through city spectacle without considering aspects of the social dispute that may exist in the territories modified for the purpose of the consumption.

Keywords

Megaevents. Housing. Media.

* Maria Josefina é professora associada e pesquisadora Procientista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS do Instituto de Ciências Sociais – ICS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Email: maseanna@gmail.com.

** Livia Maria é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPCIS do Instituto de Ciências Sociais – ICS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Email: livia.abdalla@gmail.com.

Porto do Rio renasce

Empreendimentos imobiliários e empresas são levados para a região que está muito valorizada¹.

Essa manchete e subtítulo fazem parte de um conjunto de reportagens, publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro, relativas às transformações urbanísticas no tecido urbano, que preparam a cidade para sediar os grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo, já realizada, e os Jogos Olímpicos de 2016. A modernização da cidade, no discurso oficial, seja através da “revitalização” de espaços históricos, seja capitaneada pelo surgimento de novos empreendimentos imobiliários, está representada em veículos de comunicação e em materiais publicitários governamentais, do comércio e do mercado de imóveis.

Como temas de maior destaque estão o ressurgimento de espaços “abandonados” agora revalorizados, com o encarecimento do solo urbano e a consequente busca por mudança de perfil de seus usuários. O surgimento de novos empreendimentos comerciais e residenciais parece demandar novos ocupantes, concretizando um ambiente de cidade moderna e renovada. As intervenções têm sido acompanhadas de um discurso que transforma cenários outrora triviais em espaços que agora “renascem”, como diz a manchete.

As matérias jornalísticas, entretanto, dão pouco destaque para os impactos negativos das intervenções urbanísticas sobre a moradia, responsáveis por desapropriações, remoções, situações de indenizações, de aluguel social e até mesmo de perda total da moradia. Do mesmo modo, pouco mencionam a organização coletiva dos moradores na luta pelos seus direitos, e os conflitos sociais decorrentes do modelo urbanístico adotado.

Nessa direção, busca-se mostrar como o discurso jornalístico serve de apoio à lógica do planejamento estratégico da cidade. Indaga-se, na perspectiva de espetáculo de Debord (1997), em que medida o discurso jornalístico e o marketing urbano naturalizam a modificação urbana através, principalmente, da espetacularização da cidade, apoiada pela proposta de “renascimento”, a contrapelo de toda e qualquer disputa social que possa existir nos territórios modificados pelo propósito do consumo.

¹ Título e subtítulo do caderno Economia, Jornal O Dia, no dia 27 de outubro de 2013.

A literatura contemporânea no campo da sociologia urbana, por sua vez, vem destacando o papel dos fenômenos de segmentação social e da segregação residencial na reprodução das desigualdades sociais e da pobreza. As metrópoles-sede de megaeventos esportivos podem ter esses problemas agravados, em especial aquelas de países em desenvolvimento. Ao final dos grandes eventos esportivos, como estariam as cidades-sede quanto às suas disparidades socioespaciais intra e interurbanas? As intervenções acabariam por produzir cidades mais desiguais, mais pobres e mais fragmentadas do que eram antes dos megaeventos?

Uma reflexão sobre essas questões está nos propósitos do presente artigo, que busca identificar o tratamento dado pelo marketing urbano e pelos meios de comunicação aos aspectos da dinâmica socioespacial da cidade do Rio de Janeiro hoje, diante da atuação das autoridades públicas. Em face desse quadro, como os jornais elaboram suas notícias? Nossa hipótese é de que o discurso jornalístico silencia, neutraliza ou oculta esses fatos e reproduz o ideário produzido pelas autoridades públicas para legitimar sua atuação na cidade. As reportagens minimizam os impactos negativos, como as desapropriações e remoções e os conflitos sociais, privilegiam a abordagem que destaca o caráter inovador dos projetos, positiva as mudanças e descreve um legado igualitário para a população.

Dentre as múltiplas intervenções urbanísticas, elege-se a análise de conteúdo de reportagens que tematizam a região portuária da cidade, o chamado *Porto Maravilha*. O modelo de revitalização de portos tornou-se uma estratégia global de propulsão da imagem de cidades que competem entre si por turistas, ganhos econômicos e melhorias de infraestrutura.

Buscando interpretar esse discurso, será analisado aqui, em caráter exploratório, o conteúdo de reportagens dos principais jornais impressos da cidade, O Globo e O Dia, publicadas entre os meses de agosto de 2013 e fevereiro de 2014, período que registra o início da derrubada do viaduto da perimetral (novembro de 2013) e, em nossa hipótese, a virada de discurso, que retrata o Porto como uma área de novas oportunidades. Nesta época, também foram observadas diversas manifestações populares contra a política de remoção implementada pelo governo, conforme veremos a seguir.

A metodologia para a análise considerou no primeiro momento todas as reportagens que tivessem a área do Porto como temática. Em uma segunda leitura, foram selecionadas as relacionadas ao tema de moradia no Porto e em outras áreas da cidade. Por último, foram pesquisadas matérias jornalísticas sobre as remoções em diferentes pontos da cidade para complementação e

contextualização. Com vistas a observar aspectos como o que é dito o que não é, o tom do texto e quem são os atores sociais que têm voz ou que são chamados a falar em nome de outros, buscar-se-á identificar as visibilidades sugeridas e as invisibilidades possíveis. Será contemplada também a análise do papel que desempenha o marketing urbano, entendido como apoio simbólico ao projeto de transformação da cidade, que torna invisíveis ou banais os conflitos sociais e que se fortalece a partir do conteúdo dos jornais da cidade.

A eleição desses jornais deveu-se a sua importância no cenário comunicativo da cidade. O Globo é um dos jornais de maior circulação do Brasil e o maior do Rio de Janeiro, alcançando a marca de 333.860 exemplares no ano de 2014. Criado em 1925, pertence desde então às Organizações Globo, que possuem outros veículos de comunicação, como canais de TV e emissoras de rádio. É um jornal de perfil conservador, voltado às classes A e B, e se dedica a reportagens de caráter analítico, com relativa profundidade na abordagem das matérias. O jornal O Dia já foi o segundo veículo impresso de maior circulação no Rio, perdendo hoje para jornais populares, como o Meia Hora, do mesmo grupo, e o Extra, das Organizações Globo. Criado em 1951, pelo então jornalista e deputado carioca Chagas Freitas, em 1983 foi vendido para o jornalista e empresário Ary Carvalho. Pouco tempo depois, no início da década de 90, passou por um grande processo de reformulação, visando ao aumento de sua competitividade em relação aos seus principais concorrentes no Rio de Janeiro, os jornais “O Globo” e “Jornal do Brasil”. Desde seu início, vem sendo uma alternativa carioca de um jornal mais analítico, principalmente depois do fim do Jornal do Brasil impresso. Atualmente, pertence ao grupo privado Ejesa e ocupa o quarto lugar na circulação da capital carioca com 40.621 exemplares².

Marketing urbano e o *branding*

Alinhado às diretrizes do sistema capitalista, o marketing é a estratégia responsável por trabalhar características e atributos de produtos e serviços

² Para mais informações institucionais sobre o Jornal O Dia, consultar o site <http://odia.ig.com.br/>. Jornal O Globo: <http://memoria.oglobo.globo.com/>. Para detalhes sobre o volume de circulação dos jornais no Brasil, ver: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/#>. Todos os acessos foram realizados entre os dias 23 e 24 de agosto de 2015.

nos mercados internacionais visando a maior lucratividade. Na economia globalizada, as cidades passam a se comportar como um produto em disputa no mercado, concorrendo entre si por atrair e acumular capitais internacionais. Nesse contexto, o marketing urbano alcança um lugar especial, impondo-se como atividade central e preponderante no planejamento e gestão das cidades.

Uma das principais estratégias do marketing para tornar uma cidade conhecida e desejada no cenário mundial é o *branding*. No Ocidente, o *branding* tem sua história atrelada às exposições universais, em que cada país exibiu suas conquistas econômicas, técnicas e culturais, potencializando-se como referência no turismo e consolidando seu posicionamento global diante de outros países. O coração do *branding* é vender a imagem eleita de cidade “para que ela possa ser recipiente de recursos, investimentos, turismo e ganhos econômicos”, detalha Jaguaribe (2011, p.331).

As revitalizações de portos em Barcelona e Buenos Aires são uma parte essencial das estratégias de *branding* que oferecem às cidades uma marca autêntica, uma imagem impactante, uma visibilidade midiática, que as destacam no mapa competitivo das cidades no mundo globalizado.

Os argumentos mais utilizados, ditos de forma direta ou construídos através de imagens e palavras selecionadas, privilegiam os benefícios de viver em uma cidade esteticamente renovada. Ideias como “reconstrução” e “novidade”, na elaboração discursiva da imprensa, buscam proporcionar a sensação de orgulho e pertencimento a uma cidade símbolo de modernidade, que ainda assim valoriza sua história. A reinvenção do repertório cultural e o patrimônio simbólico têm sido capitaneados pela ação capitalista, que assim recria a cidade como arena de consumo e espetáculo. Isso é marcante, sobretudo, quando a atuação refere-se ao Porto Maravilha.

O Rio de Janeiro é uma cidade exaltada em todo o mundo por sua beleza natural, riqueza cultural, dinâmica política, mas também pela violência das ruas. Em nome de uma nova marca BRASIL, estratégias de publicidade e marketing têm posicionado o Rio de Janeiro nos últimos anos como um lugar privilegiado de cultura e entretenimento.

Megaeventos e a intervenção urbana no Rio de Janeiro

A atual requalificação da zona portuária não é a primeira grande reforma experienciada pela cidade do Rio de Janeiro. Como se sabe, entre os anos

de 1903 e 1906, a cidade conviveu com dois episódios de reforma urbana de grande vulto (AZEVEDO, 2003, p.39): a modernização do Porto, de iniciativa federal, na gestão de Rodrigues Alves, e a Reforma Pereira Passos, planejada pela prefeitura municipal e coordenada pelo então prefeito, que emprestou seu nome à Reforma. É possível perceber similaridades nessas ações de reformulação urbana quanto a seus impactos socioespaciais. Em poucas palavras, pode-se dizer que tais projetos de modernização excluem os moradores de seus espaços de moradia e os deslocam para áreas nas quais têm que recomeçar suas vidas em situações muito desfavoráveis. Nessa medida, é possível dizer que as atuais intervenções urbanísticas ligadas aos megaprojetos também têm reforçado esse procedimento, conforme se mostra na continuidade do texto.

Deve-se lembrar, inicialmente, que o dossiê submetido ao Comitê Olímpico Internacional mostra uma continuidade de atuação em relação às medidas adotadas nos Jogos Pan-americanos de 2007 (MELO; GAFFNEY, 2010). Na avaliação dos autores, o conjunto de intervenções proposto no projeto Rio-2016 não apresenta um objetivo claro de reestruturação global e articulada da cidade, nem contempla a possibilidade do uso racional dos recursos públicos para o benefício do conjunto de seus habitantes.

A opção por direcionar grande parte dos investimentos públicos para a Barra da Tijuca aponta claramente para a manutenção do projeto de expansão do setor imobiliário e da construção civil na região, voltada para um mercado consumidor de alto padrão em um dos bairros mais valorizados do município. Segundo Capanema e Bessa (2011), a cidade está perseguindo objetivos de concentração política e socioeconômica, direcionando os excedentes de renda e os benefícios exclusivamente para os setores financeiro e imobiliário. Antes de tudo, os recursos econômicos têm sido concentrados na zona portuária, na zona oeste da cidade, na área da Barra da Tijuca e nos setores do turismo e dos transportes (COSTA, 2012a), além disso, outras políticas têm sido claramente seletivas, tal é o caso das UPPs³.

A revitalização da zona portuária propõe uma revalorização não só da região, mas igualmente da cidade. Segundo o Estudo de Impacto de

³ Para mais informações sobre a distribuição seletiva das UPPs, ver: Ignacio Cano, Doriam Borges e Eduardo Ribeiro. *Os Donos do Morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Laboratório de Análise da Violência (LAV) / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro. 2014.

Vizinhança (EIV), elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) e pelo Instituto Pereira Passos, o objetivo do projeto é conceber um plano completo de revitalização da área, “de forma que a transforme num novo vetor de crescimento da cidade, como ocorreram com os bairros Copacabana, na década de 1940, Ipanema e Leblon na década de 1960, e com a Barra da Tijuca, a partir da década de 1970”. (SANT’ANNA; PIO, 2014, p.109)

É preciso destacar que a análise do EIV (CDURP: Instituto Pereira Passos, 2010) indica que a operação urbana pretende provocar mudanças econômicas e sociais de impacto na área, mas que não refletem, até o momento, políticas urbanas de manutenção da população residente. Muitas das propostas presentes no EIV, como “fomentar a economia local através de financiamentos em diversas escalas” e “dar melhores condições de moradia à sua população” são vagas e até o momento não foram instrumentalizadas em ações concretas. Por outro lado, as intenções com motivação econômica mais evidente, como “atrair investimentos para novas unidades residenciais, comerciais e de serviços, sedes de empresas, estabelecimentos hoteleiros, equipamentos culturais e de lazer, especialmente para Zona Portuária, que alteram o fluxo viário da região e a acessibilidade da área”, evoluíram significativamente nos dois últimos anos. (SANT’ANNA; PIO, 2014, p.109)

A imprensa e a hegemonia gramscianiana

Um porto para chamar de seu

“Com avanço das obras na região portuária, prefeitura devolve aos cariocas mais que um patrimônio histórico e cultural: o bairro está sendo preparado para ser referência em moradia, negócios, cultura e lazer”⁴

Essa matéria revela a descoberta de um “bairro novo”, proporcionada pela prefeitura da cidade que o “devolve” aos cidadãos. A reportagem de duas páginas inteiras faz parte do caderno “Rio em transformação”, que analisa diversas mudanças urbanas na cidade. As páginas centrais trazem a matéria sobre o Porto e listam o conjunto de obras rodoviárias e fundiárias dessa área

⁴ Título e subtítulo de reportagem do caderno “Rio em transformação”. Jornal O Globo, 29 de setembro de 2013.

da cidade. O texto segue citando o exemplo de empreendimentos privados, como o “Porto Vida”, apartamentos que serão comercializados através de linhas de financiamentos, bem como atrativos culturais e históricos que fazem dessa região um espaço atrativo para o lazer e a moradia. Nas imagens que acompanham a reportagem, fotos aéreas de grandes espaços em obras e panorâmicas da área extensa do Porto e da Baía de Guanabara que a margeia. Ao lado das imagens, declarações de comerciantes, empresários e de um funcionário da CDURP ressaltam os benefícios da atuação para a nova cidade. No que diz respeito aos atuais moradores, o subtítulo “Porto aberto a todos” menciona oportunidades de cursos de formação para o mercado de trabalho.

Os meios de comunicação de massa, como os jornais aqui analisados, são grandes agentes na construção do imaginário social. As representações que hoje são feitas do homem urbano e das instituições que o cercam são, em boa parte, construídas ou reelaboradas pelos meios de comunicação de massa (MOSCOVICI, 2003, p.33). Esses discursos, de ampla visibilidade, nomeiam e classificam processos sociais, produzindo significados diversos para a opinião pública. De acordo com Dênis de Moraes (2009), a noção de imaginário social é fundamental para a compreensão do universo simbólico de representações que dão vida aos valores e crenças de uma determinada sociedade. Esse imaginário é composto por relações imagéticas que, em conjunto, atuam como memória afetiva de uma cultura sustentada e mantida por uma determinada comunidade. Ao examinar as tensões e utopias que constroem o imaginário social incorpora-se a ideia de “batalha ideológicas pela conquista da hegemonia cultural” (MORAES, 2009, p.35).

As manchetes dos jornais exaltam o Rio de Janeiro como a cidade moderna, reinventada pelas reformas urbanísticas, obscurecendo outras experiências que ali existiram ou que ainda existem. As notícias transformam assim a experiência do cotidiano urbano em uma única representação ligada ao consumo, ao lazer e aos negócios. Segundo Moraes (2009), a intenção não revelada ao buscar neutralizar ou silenciar representações, identidades e aspirações presentes em um contexto histórico-social é impedir que expressões singulares desordenem a memória que se quer oficializar ou que contradiga as linhas do imaginário fixadas perante a comunidade. A análise social de Gramsci, ressaltada por Moraes (2009), atua nos jogos de consenso e dissenso presentes da difusão simbólica. Esse movimento ocorre a partir da disputa de classes no campo das ideias, ou seja, da hegemonia cultural de uma sociedade. Para Gramsci, a hegemonia é o modo pelo

qual a classe burguesa, que detém o poder político, econômico e cultural, estabelece e mantém a sua dominação perante outros segmentos do estrato social. A hegemonia é conquistada e sedimentada por meio dos embates sociais, ligados tanto às questões econômicas e políticas como à conquista de saberes, práticas, modelos de representação. O Estado precisa ser legitimado por uma sociedade política ou pela força, mas também pateela conquista de ideias, do apoio da sociedade civil.

As reportagens do jornal O Globo e O Dia serviram, portanto, como palco à disputa de classes na sociedade, porque ofereceriam respaldo cultural do controle da ordem social vigente, que criminaliza movimentos contrários ao ideário dominante para manutenção do *status quo* do capital. Não apenas pelos signos, símbolos e linguagem que usam, mas, principalmente, pelo “não dito” (FOUCAULT, 2010) nas mensagens legitimadas dos enquadramentos jornalísticos atribuídos à narrativa das matérias aqui exemplificadas.

A constituição de uma imagem urbana dominante, construída sobre formações discursivas, seus valores implícitos e principais símbolos unificam a cidade como um todo. A seleção, inclusão ou exclusão de determinados espaços e ângulos fortalece determinadas leituras da cidade, percebendo-a como uma realidade superficial e evidente, sem profundidade social. Fernanda Sanchez (1998, p.10) nos explica:

a produção dessas sínteses expressivas corresponde à estratégia de mobilização de determinadas energias – sobretudo dos setores dominantes da sociedade – para a sustentação de uma nova imagem, com forte impacto no senso comum, na memória social e nas práticas de uso dos espaços.

A organização discursiva e prática das imagens urbanas articula símbolos que constroem uma realidade que não é falsa, mas deformada. É uma construção que une elementos que são de interesse de certos grupos e favorecem a um determinado comportamento social.

É o que se percebe no caderno especial “Cidade em transe” (O GLOBO, outubro de 2013). O conjunto de reportagens retratou as mudanças no perfil dos moradores de diferentes bairros da cidade, inclusive do Centro do Rio, fenômeno que vem sendo caracterizado como “gentrificação”⁵. A chamada

⁵ De acordo com a reportagem, gentrificação é um “conceito usado para se referir ao processo de renovação e população, em que a chegada crescente de novos residentes de renda superior acaba por transformar o perfil sociocultural da área e questão”.

para a primeira publicação da série contou com a seguinte manchete: “Economia, eventos e UPPs reinventam bairros do Rio”, seguida do subtítulo “mudança de perfil da população faz imóveis em áreas degradadas, como a Cruzada São Sebastião⁶, se valorizarem mais de 100%. Renda mais alta dos novos moradores transforma relações econômicas e sociais na vizinhança e faz surgirem edifícios e estabelecimentos”.

No interior do caderno, a manchete “Imóveis na Cruzada se valorizam em até 135%” e o subtítulo “localização privilegiada de áreas na Zona Sul atrai compradores com maior poder aquisitivo” conta a história de Deisi Soleti, uma das beneficiárias do processo de gentrificação. Assim como outros, Deisi resolveu arriscar adquirir um imóvel em uma área antes “degradada” que passa por um forte processo de valorização. A ex-comissária da Varig apostou em comprar um apartamento no conjunto habitacional da Cruzada (moradia popular inaugurada em 1957 no coração do bairro de alto poder aquisitivo Leblon). Embora pequeno, seu imóvel teve valorização de 135% em dois anos. A página da reportagem segue com histórias bem-sucedidas de novos moradores brasileiros e estrangeiros que vêm adquirindo propriedades para morar ou apenas investir na cidade. O texto cita dois exemplos de antigos moradores (um do Vidigal e outro da Cruzada) que veem as mudanças com alguma apreensão e cuidado, mas que assumem a existência de novas possibilidades financeiras, como na fala de André Grosi, diretor social da Associação do Vidigal, que afirma “quem está sabendo enxergar a oportunidade está ganhando muito dinheiro”.

Ao final da reportagem há uma entrevista com Jake Cummings, pesquisador da universidade de Harvard e estudioso do processo de gentrificação no Rio. O pesquisador analisa os fatores que levaram a cidade ao processo de gentrificação, como as UPPs e os grandes eventos, e afirma que, apesar do choque entre novos e antigos moradores, o fenômeno representa uma oportunidade, já que é um momento em que a iniciativa privada e o poder público estão dispostos a investir. Perguntado ao final da entrevista sobre o impacto nas comunidades, ele afirma em poucas linhas que “sem uma robusta política habitacional, os moradores de baixa renda acabam se deslocando cada vez mais para áreas periféricas, com baixos níveis de acessibilidade”. A entrevista, impressa no rodapé da página, ocupa um espaço pequeno, se comparado ao total da matéria.

⁶ Segundo o jornal, a cruzada São Sebastião é “um projeto piloto de moradia popular”.

Na mesma data, o caderno publicou uma página inteira com o título “Novo retrato da metrópole”, subtítulo “Bons ventos da economia no estado atraem novos moradores e mudam a cara de bairros”. A reportagem retrata a mudança em bairros como Botafogo, Lapa e Centro, com a saída de antigos moradores e negócios, a chegada de novos e a consequente alteração ano perfil de moradores. “A este emaranhado de novas relações econômicas e sociais, provocado pela renovação de população, é atribuído o fenômeno da gentrificação”, diz o texto afirmando que este seria um processo inevitável de modernização da cidade a partir do investimento dos grandes eventos e do crescimento da classe C, ambos processos sociais citados no texto. A mudança no perfil socioeconômico dos moradores é exemplificada através do nível de renda e do perfil social das famílias

No mesmo caderno, em outra data (29 de outubro de 2013), um subtítulo chama atenção para a região do porto. Sob a manchete “Porto, o destino de quem aposta no futuro. Valorização atrai investidores do mercado imobiliário, donos de restaurantes e novos moradores”, a reportagem de meia página conta a história de Patrick Fontaine, que, fugindo da alta dos preços dos imóveis em Botafogo (outro bairro que passa pelo processo de gentrificação), se instalou no Morro da Conceição, localizado na Zona Portuária. De olho nas melhorias prometidas pelo projeto Porto Maravilha, Patrick chegou em um momento em que os aluguéis ainda não tinham subido muito. O texto conta outros exemplos de quem se mudou para a região para aproveitar as novas oportunidades, como a família espanhola “Arosa”, que vem reformando motéis na região. A reportagem termina com uma curta entrevista ao presidente da CDURP, Alberto Gomes, que, perguntado sobre a mudança de perfil de moradores da região, afirma que o consórcio pretende investir na construção de habitações de interesse social, mas que isso “não evitará a saída de moradores antigos. As pessoas não moram onde querem, moram onde podem”.

Para finalizar o que parece ser o argumento jornalístico sobre as ocupações urbanas, no dia 27 de agosto de 2013, o jornal O Globo publicou uma grande matéria com o título “Urbanistas defendem a reocupação do Centro, que ainda é um desafio”. No texto, são realizadas entrevistas com diferentes profissionais liberais, engenheiros, urbanistas e arquitetos, entre eles, o presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Washington Fajardo, que exemplificam a necessidade de ocupar o centro com moradias, e o movimento governamental e das imobiliárias que já se apresenta nesse processo. Mais uma vez, novos moradores da região explicam os benefícios

econômicos que vêm experimentando ao terem optado por uma área anteriormente não valorizada, que agora é alvo do mercado. Como parece ser de praxe nesse tipo de matéria, somente ao final, um personagem acadêmico é ouvido para falar sobre o aumento da segregação social que esse tipo de processo pode ocasionar, declarações que costumam ocupar uma ou duas frases de extensos textos.

Intervenção no espaço urbano e impacto na moradia: o processo de periferação

É possível identificar algumas semelhanças entre as reformas do início do século XX na área central da cidade e a atual requalificação da área portuária, quanto à remoção e deslocamentos, ocupação dos subúrbios, e a relação centro-periferia, e periferação.

Na Reforma Pereira Passos, o chamado "bota abaixo" (demolições de cortiços, casas de cômodos, casas, casebres) deixou como única alternativa para os trabalhadores mais pobres, a ocupação dos morros, ou seja, a favela (ABREU, 1987, p.66), e para aqueles em melhor situação social, a ocupação dos subúrbios, contribuindo assim para a sua ocupação efetiva.

Entretanto, não foram apenas as demolições ostensivas que desabrigaram os trabalhadores, afirma Benchimol (1992, p.287), em obra que é referência sobre o tema. Diz o autor:

(...) a valorização e especulação com o solo elevando o preço dos aluguéis, os novos impostos que acompanhavam o fornecimento de serviços como iluminação elétrica, calçamentos modernos, água, esgotos; a legislação municipal estabelecendo restrições e normas arquitetônicas para as construções urbanas; a proibição do exercício de determinados profissões ou práticas econômicas (como a criação de animais domésticos, o plantio de hortas) ligadas à subsistência das famílias trabalhadoras, **tudo isso atuava, indiretamente, como poderosa força segregadora, revolvendo, sobretudo, a Área central da cidade onde trabalhava e residia a numerosa e heterognea plebe carioca.** (grifo nosso)

Como se verá a seguir, essa realidade é muito similar à que vivem os moradores removidos e deslocados de seus espaços de moradia devido às intervenções urbanísticas ligadas aos megaeventos esportivos e seus processos

segregadores do espaço da cidade.

Benchimol (1992, p.288) avalia que nem todos os desalojados puderam ter nos subúrbios uma alternativa de moradia. Essa era uma possibilidade para aqueles “que dispunham de remuneração fixa, estável, suficientemente elevada para que pudessem arcar com as despesas de transporte, custos de aquisição de um terreno e construção de uma casa ou o aluguel de uma moradia.” (1992, p.288). Aos mais pobres restava apenas a ocupação das encostas dos morros.

A ocupação dos subúrbios nesse contexto alterou a relação centro-periferia e pode ser entendida como uma forma de periferização, ainda que o atual processo de periferização se estenda para além dos subúrbios, a bairros longínquos da cidade que comporiam uma periferia mais estendida e, portanto, mais distante, com menos infraestrutura e com pouquíssimos serviços públicos. Neste sentido, o atual processo de periferização não é um fato inédito na história da cidade.

Tais antecedentes históricos mostram que o direito social à moradia esteve sempre ausente nessas propostas de reformas urbanas.

Atualmente, entretanto, o direito social à moradia e a função social da propriedade são garantidos pela Constituição Federal de 1988, ainda assim, as propostas e programas de habitação são implementados a partir de uma lógica de mercado que privilegia grandes grupos empresariais e industriais. A cidade do Rio de Janeiro “é marcada por um contexto de produção habitacional, inclusive a de interesse social, que reafirma o privilégio aos setores empresariais, sendo o poder público não mais protagonista, mas sim mediador e viabilizador destes interesses” (CARDOSO *et al.*, 2013, p.143).

Como sede de megaeventos esportivos, a cidade tem esse seu quadro agravado. Pesquisas recentes no Rio de Janeiro (CARDOSO; JAENISCH, 2014; CARDOSO, 2013; CARDOSO *et al.*, 2013) identificam a instalação de famílias que passaram por processos de remoção forçada, em função da construção de obras viárias ou grandes equipamentos públicos para os megaeventos, em empreendimentos do MCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida), que geram “uma constante periferização da produção de moradias (quanto menor a faixa de renda, maior a distância em relação às áreas mais dinâmicas da cidade)”, pois concentram seus empreendimentos, para as faixas de menor renda, em áreas da cidade de urbanização rarefeita ou incipiente, com baixo custo da terra. (CARDOSO; JAENISCH, 2014, p.7)

Essas áreas, como se sabe, absorvem a moradia popular em regiões desprovidas de infraestrutura e serviços adequados e com mobilidade

restrita, acentuando-se, assim, as distâncias sociais, como mostram os autores (2014, p.7), levando os pobres para mais longe das possibilidades de renda e de acesso à educação, de fruição da cultura, de espaços públicos e lazer, do meio ambiente, configurando uma cidade cada vez mais desigual e segregada social e espacialmente.

No Rio de Janeiro dos megaeventos esportivos, os deslocamentos de moradores afetados pelas remoções ocorrem na maioria das vezes de forma conflituosa e revelam uma política a serviço de um projeto de cidade em que a habitação social, o direito à moradia não são prioridades, e que redefine para pior o lugar dos pobres no espaço urbano, agravando suas condições de vida, e afetando suas redes de relações sociais. Como consequência, aprofundam-se a periferização e a segregação socioespacial da cidade.

Desse modo, quando Benchimol (1992, p.252) destaca que o “bota-abaixo” desarticulou uma “trama complexa de relações sociais”, poderia estar falando também do quadro atual. Ao desapropriar e demolir diversos prédios, diz o autor, a vida dos que trabalhavam e residiam no centro da cidade foi alterada significativamente. O mesmo ocorre hoje nos atuais processos de remoção.

Nesta linha, a questão colocada pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas no Rio (junho 2014) não é apenas a do fornecimento de moradia do PMCMV, mas também o alto custo social que essa população é obrigada a pagar. O mesmo Dossiê informa que 4.772 famílias foram removidas de suas moradias por conta de obras relacionadas aos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 16.700 pessoas de 29 comunidades⁷ mapeadas pelo dossiê. Destas, 3.507 famílias, 12.275 pessoas de 24 comunidades foram removidas por obras e projetos ligados diretamente aos megaeventos esportivos. Além dessas já mencionadas, 4.916 famílias de 16 comunidades estão sob a ameaça de remoção. Para essa população diretamente atingida no seu direito à moradia, o discurso do legado dos megaeventos confronta-se com o ônus que esses moradores têm que assumir.

Por sua vez, a edição de 07 de novembro do Dossiê afirma que não se sustenta o argumento “de que as pessoas devem deixar suas casas para dar espaço a intervenções urbanas de interesse público, quando se observa a situação dos terrenos de algumas comunidades removidas, que atualmente se encontram vazios ao lado de condomínios de luxo em construção” (novembro 2014, p.35). Essas remoções ocorreram em 2010 e 2011 no Recreio

⁷ O termo *comunidades* refere-se a favelas, mantemos a terminologia utilizada no Dossiê.

dos Bandeirantes para a ampliação da Avenida das Américas (Transoeste) e a abertura do Túnel da Grotta Funda, com 500 famílias removidas (Vila Harmonia, Vila Recreio II e Restinga). Quanto às indenizações foram muito baixas, e a alternativa de reassentamento foi em área muito distante, além de o despejo ter acontecido sem aviso prévio. As famílias de moradores expropriados de seus locais de moradia, na busca pelo direito à cidade, vêm realizando movimentos de resistência.

Reportagens sobre as remoções

A abordagem dos jornais em relação às remoções na cidade retrata, em grande medida, acontecimentos ligados às manifestações de insatisfação dos atingidos. Já o conteúdo dessas reportagens aborda, na maioria das vezes, descrições sobre as manifestações (quantas pessoas, horário, local, o nome de movimentos sociais etc.) e, quando ocorrem confrontos entre manifestantes e a polícia, informações detalhadas sobre os enfrentamentos passam a ser o grande destaque das reportagens.

Uma das notícias publicadas pelo jornal O Dia, no dia 18 de agosto de 2013, retrata em uma pequena nota a manifestação realizada em frente à casa do prefeito o Eduardo Paes contra as remoções feitas pela prefeitura devido às obras previstas para as Olimpíadas. O texto relata a presença dos manifestantes, citando o nome de um dos movimentos sociais presentes. No caso do Globo, essa mesma notícia é relatada, no mesmo dia, de forma similar, desta vez dando voz a um dos manifestantes, que declara não ser contra o progresso, mas que não vê necessidade de remoção de comunidades antigas como a sua. Em nenhuma das duas matérias, são abordadas informações sobre direitos a moradia, quantidade de removidos, causas das remoções ou ainda o tipo de ressarcimento oferecido aos moradores.

Os megaeventos não se fazem sem conflitos sociais. Essa é uma experiência comum a quase todas as metrópoles-sede de megaeventos esportivos. A população atingida por tais ações do poder público, em especial, quanto a remoções e a desapropriações de suas moradias, organiza-se coletivamente para se contrapor a tais resoluções. Os casos mais evidentes mostram a luta de moradores de diferentes bairros, como no caso do Morro da Providência, que rejeitaram a proposta de obras no Morro e do teleférico, concebendo-o como um melhoramento que não era para população local, mas, sim, “para inglês ver”.

Em resposta negativa às alterações propostas pela prefeitura, os moradores da Providência conseguiram uma liminar que suspendeu as obras na favela. No dia 26 de março de 2013, o jornal O Globo publicou a matéria “Liminar suspende remoções e obras no Morro da Providência”. A reportagem é iniciada com a fala de um morador que declara ter visto a morte de uma criança na ocorrência de um desabamento em 2011. Apesar disso, Antônio Marcos não deseja sair do lugar onde mora há 27 anos. Como de praxe, nesse tipo de matéria, são publicadas declarações de representantes do governo. Segundo o Secretário Municipal de Habitação, Pierre Batista, todas as 351 casas da Pedra Lisa (uma das áreas da Providência) têm de ser derrubadas. Segundo ele, “o risco [de desabamento] é geral”. Moradores, no entanto, alegam que existem outras soluções possíveis e chamam atenção para outras prioridades, como Zirleide, que argumenta: “O que queremos é que a prefeitura faça uma raspagem e chumbe a rocha. E também faça obras para melhorar as nossas casas”. A declaração, no entanto, é sequenciada por números oficiais que justificam a necessidade das remoções e termina com a palavra final do prefeito, que afirma que para todos os casos haverá uma solução, sem exemplificar quais seriam as propostas.

Este tipo de reportagem somente é repetido ao longo dos meses seguintes em inserções pontuais, seja quando alguma medida judicial ocorre, como no caso da Providência, ou quando a população enfrenta as forças do Estado, tentando evitar que sejam removidas de suas residências, como é o caso de manifestações realizadas no centro e na favela Metrô-Mangueira, localizada próximo ao estádio do Maracanã. Esses casos são abordados nas reportagens “Protesto contra remoções dá nó no trânsito e para o Centro” (O Dia, 27 de fevereiro de 2014) sobre a remoção em uma ocupação da Rua Francisco Bicalho e “Protesto contra as remoções fecha a Radial Oeste” (O Dia, 08 de janeiro de 2014), sobre a resistência de moradores da favela do Metrô-Mangueira. Em ambas, o teor da matéria trata, em maior medida, dos detalhes do confronto e dos transtornos no trânsito.

Conclusão

A forma como os megaeventos foram ou serão realizados tem relação com um planejamento urbano pensado para poucos. Segundo a urbanista Raquel Rolnik (<https://raquelrolnik.wordpress.com/category/entrevistas/>), o modelo de crescimento econômico do Brasil não alterou esse aspecto

excludente presente no Rio e nas demais cidades. As remoções ilegais são expressão de um modelo de cidade voltado para o lucro, em detrimento dos direitos de seus cidadãos. Daí a mobilização da população atingida em seus direitos.

A reestruturação urbana a que assistimos está plena de decisões técnicas, pensadas por um conjunto de atores públicos e privados e ressaltada em seu caráter racional, por decisões pelos melhores profissionais disponíveis. Essa parece ser, como nos diz Sanchez (1998), a grande “chave-mitológica” da linguagem da cidade-espetáculo. Aliados a isso, está a formação de um imaginário que legitima esse processo como a melhor opção a ser realizada, através de um discurso bem construído, que usa elementos do passado e do futuro para legitimar sua ação. O que se realiza através de decisões técnicas acertadas não se questiona. E assim se sedimenta uma cidade em que os instrumentos científicos planejam um espaço que raramente considera o bem-estar de seus cidadãos.

No caso dos jornais, como vimos, há, em geral, um maior destaque para as decisões pautadas por profissionais especialistas em urbanismo, o tom positivo que tais mudanças podem trazer para certos profissionais e, quando se menciona a opinião ou a atitude da população atingida desfavoravelmente, esta é feita em menor medida nas matérias, em tom de lamento e tristeza. Não vemos nesse conteúdo informações sobre o que acontecerá com o futuro dessas famílias, muito menos menção de que essas ações, como vimos aqui, são resultado de um planejamento de cidade elaborado e posto em prática de forma racional e consciente pelos representantes da esfera pública.

A construção de uma cidade excludente tem como marca principal um processo de planejamento que não considera o uso e fruto de seus moradores. Excluídos ao serem tratados apenas como receptores desse empreendimento, são também impossibilitados de participar das escolhas da cidade onde vivem e trabalham. Não há liberdade de eleição para aqueles que todos os dias experienciam uma cidade que os maltrata. Na maior parte das vezes, os cidadãos-consumidores têm uma atitude reverenciadora, contemplativa e passiva frente às mudanças em sua cidade. O espaço é transformado em cenário, onde tudo é objeto de consumo estético a ser usufruído. Neste sentido, é uma cidade transformada em sujeito e colocada no centro da ação do espetáculo, que nestas circunstâncias transforma os próprios cidadãos em espectadores, ou ainda, como nos diz Sanchez, “meros figurantes, atores secundários do seu roteiro” (1998, p.11).

Referências

- ABREU, Maurício de A.
(1987). *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO & Zahar.
- AZEVEDO, André Nunes.
(2003). A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n.10, p.39-79.
- BENCHIMOL Jaime Larry.
(1992). *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel.
(1997). *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: United Nations for Human Settlements/Taurus/Pensamiento.
- BRASIL.
(2014). *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016*. Brasília: Comitê Rio 2016. Disponível em: <http://www.rio2016.org.br/>. Acesso em 12 de agosto de 2014.
- CANO, Ignácio; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo.
(2014). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- CAPANEMA ALVAREZ, Lúcia Maria.; BESSA, A. M.
(2011). International tourism and urban transformations in a global world: the 2007 Rio de Janeiro Pan American Games Strategic Plans and their Consequences on Local identities. Paper presented at *Word Planning Schools Congress 011*, Perth (WA), p.4-8
- CARDOSO, Adauto Lucio (Org.)
(2013). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- CARDOSO, Adauto Lucio *et al.*
(2013). Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na zona oeste do Rio de Janeiro In: Adauto Lucio Cardoso (Org.); *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas.
(2014). Nova política, velhos desafios: problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. *E-metropolis*, nº 18 - ano 5 | setembro.
- CAMPANHA DA DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO DO PORTO (CDURP) / INSTITUTO PEREIRA PASSOS.
(2010). *Estudo de impacto de vizinhança - Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio*. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/eiv/>. Acesso em 09 de setembro de 2014.
- COSTA, Guiliana.
(2013). Sediar megaeventos esportivos vale à pena?. *O Social em Questão*, ano XVI, n. 29, p.159-178.
- DEBORD, Guy
(1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DOSSIÊ MEGAEVENTOS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO RIO DE JANEIRO
(2014). *Comitê Popular da Copa do Mundo e Olimpíadas*. Edição junho 2014. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso em dezembro de 2014.
- FOUCAULT, Michel.
(2010). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- GAFFNEY, Christopher.
(2014). Fronteiras, Barreiras e Mobilidades: problematizando o projeto olímpico no Rio de Janeiro. In: Angela Moulin Penalva Santos; Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Orgs.);

- Transformações Territoriais no Rio de Janeiro Século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma.
- GUSMÃO, Nelma; GAFFNEY, Christopher. (2010). Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, XV, 895(17).
- JAGUARIBE, Beatriz. (2011). Imaginando a “cidade maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 18, n. 2, p.327-347.
- MELO, Erick Omena. (2011). Desafios no Caminho para o “Rio 2016”. O que nos Dizem as Experiências Anteriores? *Revista E-metropolis*, Rio de Janeiro, ano2 n. 4, p.14-24.
- MELO Erick Omena; GAFFNEY, Christopher. (2010). Megaeventos esportivos: reestruturação urbana para quem?. *Proposta*. FASE/IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 120, p. 53-73.
- SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel; PIO, Leopoldo Guilherme. (2014). Megaeventos Esportivos, Dinâmica Urbana e Conflitos Sociais: intervenções urbanas e novo desenho para a cidade do Rio de Janeiro. In: Angela Moulin Penalva Santos; Maria Josefina Gabriel Sant’Anna (Orgs); *Transformações Territoriais no Rio de Janeiro do Século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma.
- SANTOS, Angela Moulin S. Penalva; SANT’ANNA, Maria J. Gabriel (Orgs). (2014). *Transformações Territoriais no Rio de Janeiro do Século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma.
- SANTOS JUNIOR, Orlando; SANTOS, Mauro. (2012). Megaeventos e o direito à moradia: reflexões a partir do caso do Rio de Janeiro. In: Fabrício Oliveira; Heloisa Costa; Aduino Cardoso; Carlos Vainer (Orgs.); *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- VAINER, Carlos. (2000). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: Otilia Arantes; Carlos Vainer; Emília Maricato (Orgs.); *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

Recebido em
janeiro de 2015

Aprovado em
agosto de 2015